

The Difficult Task of
Accommodating the Province
of Grão-Pará to the Empire of
Brazil - The performance of the
representatives from Pará in
the Parliament of the Empire of
Brazil: 1826-40

**André Roberto de Arruda
Machado**

Pós-doutorando no Centro Brasi-
leiro de Análise e Planejamento
e Professor na Universidade
Cruzeiro do Sul

A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil - A atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as ações dos representantes do Grão-Pará no Parlamento do Império do Brasil, entre 1826 e 1840, como forma de compreender melhor as relações entre o governo central do Império do Brasil e a política nesta província. Isto se justifica na medida em que a hipótese dessa pesquisa é que o período entre 1826 e 1840 é um ciclo distinto da vida política paraense, no qual um dos fatores de instabilidade é a acomodação dessa província ao Estado brasileiro. Em última instância, busca-se compreender qual o peso que decisões e alianças tomadas no Rio de Janeiro tiveram para a perda da ordem na província, na segunda metade da década de 1830, culminando com a Cabanagem.

Abstract

This research aims to analyze the Grão-Pará representatives' actions in the Parliament of the Empire of Brazil, between 1826 and 1840, as form of better understanding the relations between the central government of the Empire and the politics in this province. Such an approach is justifiable since the period between 1826 and 1840 marks a singular cycle in the political life of the Pará province, when its accommodation to the Brazilian State proved itself a factor of instability. Finally, it aims to understand how decisions and alliances made in Rio de Janeiro contributed to the loss of the order in the province, during the second half of the 1830s, culminating with the Cabanagem rebellion.

Palavras-chave

Grão-Pará, representações políticas, Império do Brasil

Keywords

Grão-Pará, political representation, Brazilian Empire

1

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Editora da UFPA, 1970. p. 200.

2

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política. *Revista Almanack Brasiliense*, N.1, p. 8-26, maio de 2005. Disponível em: www.almanack.usp.br.

3

Está se designando genericamente como tapuios, os índios destribilizados que viviam espalhados pelas aldeias, povoados e pela cidade do Grão-Pará e que podiam ser chamados, em função do grau crescente de incorporação à cultura dos brancos, de tapuios, índios civilizados e caboclos. Pela legislação de 1798 esses indígenas podiam ser obrigados ao trabalho compulsório em obras públicas e particulares, ao mesmo tempo em que passavam a ser considerados como súditos do rei de Portugal, sem qualquer tutela. Logo após a independência, o Grão-Pará foi engolfado numa guerra civil motivada, sobretudo, pela tentativa dos tapuios de minarem as estruturas que garantiam a exploração compulsória da sua mão-de-obra. Fracassada essa tentativa de mudança e permanecendo o trabalho compulsório dos tapuios como a principal mão-de-obra da província, tudo indica que os conflitos em torno desta questão são um dos pontos-chaves para compreensão da perda da ordem no Grão-Pará, durante a década de 1830. Ressalta-se que um dos aspectos explosivos desse problema estava no fato de que os tapuios, ao mesmo tempo em que estavam condenados ao trabalho compulsório, estavam com grande parte das armas da província na mão, já que compunham uma grande parcela das forças armadas provinciais. Sobre a guerra civil entre 1823 e 1824, veja de MACHADO, André Roberto de A. Em guerra, pela pretensão de "inventar" o Estado Brasileiro no Grão-Pará: 1823-25. *Edição Complementar dos Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simpósio/anais/menu.htm>. Sobre estes conflitos, numa outra perspectiva, veja também de COELHO, Geraldo Mártires. *Ação e reação na província do Grão-Pará: o conflito político-social de 1823*. 1978. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1978. Sobre os tapuios, veja de FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. 2003. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p. 157-162; e de MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria à minoria. 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988. Sobre a participação dos tapuios nas forças armadas paraenses, veja de CLEARY, David. *Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. Comparative Studies in Society and History*, Número 40/1, p. 109-135, 1998; e de NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. 2000 (Dissertação de Mestrado). NAEA/UFPA, Belém, 2000.

4

O Visconde de Goiana foi presidente do Grão-Pará entre 19 de julho e 7 de agosto de 1831. Veja, entre outros, de CHIAVENATO, Julio José. *Cabanagem. O povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 42-46; de PAOLO, Pasquale di. *Cabanagem: A Revolução Popular na Amazônia*.

Em 29 de julho de 1831, no ofício em que comunicava ao Ministro do Império a sua posse como presidente do Grão-Pará, o Visconde de Goiana descrevia assim a província que iria administrar:

(...) seguramente posso afirmar que de todas as províncias do Império é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico o qual só com muito jeito e arte se poderá prevalecer. É uma espécie de sebastianismo que tenho de fazer desvanecer para chamá-la à ordem das coisas presentes.¹

As condições de integração das províncias ao "sistema brasílico" foram desiguais durante muito tempo. As dificuldades apontadas pelo Visconde de Goiana casam-se com a observação feita, em artigo recente, por Ilmar Rohloff de Mattos: para ele, ao longo de muito tempo, uma das principais tarefas dos "construtores" do Império do Brasil foi o de expandi-lo para dentro.² O próprio Visconde de Goiana sentiria as dificuldades para obter sucesso nessa "expansão para dentro" pouco tempo depois de escrever a carta citada acima. Afinal, seu governo no Grão-Pará não durou sequer vinte dias. Em grande parte, o golpe que causou a sua deposição foi motivado pela reação de parte das elites políticas e econômicas da província ao empenho do presidente em fazer cumprir em território paraense um decreto imperial, lançado há mais de um ano, que acabava com os governadores militares dos distritos. A ação, que nada mais era que o cumprimento de uma resolução do governo central, causou descontentamentos porque a estrutura militar que o Visconde de Goiana tentava desmantelar era fundamental para o recrutamento compulsório da mão-de-obra dos tapuios³, a fonte de braços mais importante para o Grão-Pará na época.⁴

As intervenções do governo central no cotidiano da província foram um foco de tensão desde a chegada do primeiro presidente nomeado pelo Rio de Janeiro, em 1824.⁵ Afinal, rompia-se ali o breve ciclo, iniciado com a adesão de Belém às Cortes de Lisboa, no qual os paraenses gozaram a possibilidade de eleger o governo da província autonomamente. A partir de então, essa decisão passava a estar condicionada a uma política exógena que os grupos locais precisaram aprender a manejar.⁶ Nesse sentido, não se deve desprezar que, na ata em que Felix Malcher é aclamado como o primeiro presidente da província após a conquista de Belém pelos cabanos, o golpe de 1835 é justificado como expressão do desejo dos paraenses em não ter mais nenhum presidente da província nomeado pela Regência, alegando que estes forasteiros só cuidavam dos seus interesses.⁷ Na verdade, o grande problema era que o envio dos presidentes constituía uma ação política direta da Corte que tinha influência suficiente para desequilibrar o jogo de forças na província. Neste sentido, em um manifesto de 1834 destinado aos "compatriotas de todo Império", alguns políticos paraenses identificam-se como Liberais e queixam-se que, excetuando o Visconde de Goiana e o Barão de Bagé, todos os outros presidentes do Grão-Pará eram inimigos dos Liberais e vinham da Corte com um estilo de governar já definido, o que era considerado ruim por que sempre resultava na destruição de liberdades.⁸

O manifesto acima, além de indicar o peso da interferência da Corte no cotidiano político da província, também revela a intenção

Belém: CEJUP, 1986. p. 123-143; e de RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Editora da UFPA, 1970. p. 202-203.

5

Veja, entre outros, de MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 193-309.

6

Apesar das resistências, cabe lembrar que o cargo de Presidente da Província nomeado pelo Imperador foi instituído por lei criada pelo Legislativo do Império do Brasil, em 1823. SLEMIAN, Andréa. *Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para se pensar a relação entre Estado e sociedade no Brasil (1822-34)*. Texto inédito, apresentado no I Seminário "Dimensões da Política em História: Estado, Nação, Império". Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

7

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB) - 105, 6, 23 - Coleção de Proclamações, actas e outros impressos políticos relativos ao Pará (1827-37).

8

Biblioteca Nacional (BN) - II - 32, 04, 004 - Manifesto do povo liberal paraense aos seus compatriotas de todo o Império, 1834. Situação atual e futuro do estado da província do Grão-Pará.

9

A palavra "partido" é largamente utilizada no Grão-Pará desde o começo da década de 1820. Obviamente, contudo, o seu significado é muito diverso daquele que temos hoje. Neste contexto, o que temos é a existência de organizações de tipo partidário, nas quais grupos de homens têm práticas interligadas que buscam um fim político comum. Sobre esta questão, veja de JANCÓS, István. *Bahia 1798: a hipótese de auxílio francês ou a cor dos gatos*. IN: _____. *Peças de Mosaico: cinco estudos sobre a formação política do Brasil*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Ver também, de JANCÓS, István. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo / Salvador: Hucitec / Edufba, 1996. p. 157-201.

10

BN I - 1, 16, 084 - "Carta ao senador José Martiniano de Alencar, enviando-lhe notícias políticas sobre o Pará, onde um movimento Absolutista e Restaurador tem atacado os políticos liberais através da imprensa".

11

José Felix Pereira Burgos foi presidente do Grão-Pará por duas vezes (1825-28 e 1830-31). O português Francisco José de Sousa Soares de Andréa foi Governador de Armas na segunda gestão de Burgos. Em 1836, Andréa retornou ao Grão-Pará nomeado como presidente da província e com a responsabilidade de esmagar militarmente a Cabanagem, o que ele, de fato, conseguiu.

12

AIHGB - Lata 286, pasta 3 - Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira a Nicolau Pereira de C. Vergueiro.

13

Peregrinações, no sentido conferido por ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

dos partidos⁹ paraenses de buscar uma identificação com grupos que dividiam a arena na Corte e, supostamente, tinham aliados nas outras províncias. Especialmente na década de 1830, cada vez mais expressões como Liberais, Caramurus, Moderados, entre outras, fazem parte do vocabulário político paraense. Ainda que estas divisões, vislumbrando o que acontecia no Rio de Janeiro, não correspondessem exatamente ao jogo de forças na província, era nítida a necessidade dos grupos locais buscarem aliados no centro do Império e, desta forma, buscar influir nas ações da Corte que causavam impacto no Grão-Pará. Exemplo disso é a carta do Cônego Batista Campos, um dos personagens centrais da política paraense nas décadas de 1820 e 1830, ao senador José Martiniano de Alencar, em 1833. Batista Campos, depois de queixar-se que a Corte só mandava ao Grão-Pará presidentes que pretendiam arrasar os Liberais, pediu ao senador que escrevesse uma carta ao novo presidente nomeado para que esse o deixasse em paz, vivendo no interior.¹⁰

A leitura do restante da carta de Batista Campos demonstra que o seu pedido de auxílio ao senador era, na verdade, uma tentativa de contrapor-se às ações que seus inimigos políticos desenvolviam na Corte do Rio de Janeiro. O cônego reclamava que três representantes da "facção absolutista", entre eles Burgos e Andréa¹¹, influenciavam o governo central, o que resultava em perseguições na província. Esta, por sua vez, não era uma forma de ver o jogo político apenas de Batista Campos: Machado de Oliveira, importante político e intelectual do Império, reclamava a Vergueiro que sua demissão do posto de presidente do Grão-Pará teria sido motivada pela influência política exercida na Corte por alguns homens que haviam deixado pouco antes a província.¹²

Após o rompimento oficial do governo de Belém com D. João VI, entre 1823 e 1825 o Rio de Janeiro foi assumindo, paulatinamente, o papel de centro das peregrinações¹³ políticas dos paraenses, lugar antes ocupado por Lisboa. Durante este errático aprendizado - que não significava apenas um deslocamento geográfico do centro do poder, mas também o manejo de instituições novas - os paraenses passaram a perceber, empiricamente, que o Rio de Janeiro tornara-se uma arena política importante, de onde partiam decisões que afetavam o cotidiano da província e que, portanto, era um universo sobre o qual era necessário ter alguma influência ou contato. José de Araújo Roza, por exemplo, foi nomeado presidente da província após prestar homenagens a D. Pedro I como o representante paraense que ficara incumbido de comunicar o alinhamento oficial do Grão-Pará ao Império do Brasil, em agosto de 1823.¹⁴ Por sua vez, sua queda em 1825 deveu-se, sobretudo, aos protestos que paraenses extraditados por ele fizeram no Rio de Janeiro, acusando-o de déspota.¹⁵

Contudo, tendo em mente que o Império do Brasil possuía canais de representação institucionalmente estabelecidos, é razoável supor que os partidos paraenses buscaram manter algum grau de influência na Corte para além das ações pontuais descritas acima. Por conta disso, a primeira questão que está sendo verificada nessa pesquisa é se os grupos políticos paraenses procuraram construir uma representação no Parlamento do Império do Brasil como forma de garantir seus interesses no centro do poder. Obviamente, caso tenha aconte-

14

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Editora da UFPA, 1970. p. 83-84.

15

AIHGB – Lata 291 – Livro 1 – Cópia dos autos originais do processo contra o ex-presidente da Província, José de Araújo Rozo; BN – Breve exposição do estado atual da província do Pará sob a presidência de José Araújo Rozo para servir de contribuição para a história dos acontecimentos políticos daquela província; Ver também de REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 92-94

16

Obviamente, nesta ação os representantes que não detinham cargos vitalícios não podiam desconsiderar que seriam submetidos ao julgamento dos seus eleitores no próximo pleito (onde estavam garantidas eleições livres, é claro). Esta concepção de relativa autonomia do representante é um fenômeno que ganha força na virada do XVIII para o XIX. Sobre isto, veja de PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 22-43, 2006. Bernard Manin não só conta a história do estabelecimento dessa concepção, retomando Burke, mas elege a autonomia parcial dos representantes como uma das condições necessárias para existir um governo representativo. Veja de MANIN, Bernard. *Los Principios del Gobierno Representativo*. Madri: Alianza Editorial, 2006. p. 249.

17

Sobre estes episódios no Legislativo do Império do Brasil, veja de SLEMIAN, Andréa. *Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para se pensar a relação entre Estado e sociedade no Brasil (1822-34)*. Texto inédito, apresentado no I Seminário "Dimensões da Política em História: Estado, Nação, Império". Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. Esta questão em relação às Cortes de Lisboa é muito bem explorado pelos trabalhos de BERBEL, Márcia. *A Nação como Artefato: os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo: Hucitec, 1999; e de ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

18

Ajuda a tornar esta questão ainda mais complexa, o fato das províncias elegerem ou votarem em nomes não necessariamente ligados à política local. Cipriano Barata, que conseguiu votações expressivas em várias províncias até para o cargo de senador, é um caso exemplar. Sobre esta questão, veja de MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001. p. 288-290.

19

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. p. 75-76 e p.103-104.

cido, há nuances a serem observadas até para que esta possibilidade seja válida.

Em primeiro lugar, não se espera encontrar entre os Deputados e Senadores do Grão-Pará simples porta-vozes das vontades dos grupos provinciais. A esse respeito, a literatura já apontou algumas vezes que o entendimento à época era de que o representante não tinha um "mandato imperativo". Em outras palavras, o Deputado e o Senador eleito no período em foco acreditava gozar de uma autonomia parcial em relação aos seus eleitores, podendo votar de acordo com suas convicções.¹⁶ Além disso, considerando que uma viagem de ida e volta do Rio de Janeiro ao interior do Grão-Pará poderia levar mais de 12 meses na década de 1830, não era possível uma cobrança dos eleitores "no calor dos acontecimentos". Em segundo lugar, a atuação dos Deputados e Senadores de uma província ou região como uma bancada com interesses específicos tinha como contraposto neste período a idéia, com muitos adeptos, de que o parlamentar era um representante do universo dos eleitores e não apenas daqueles que o elegeram. A disputa entre aqueles que entendiam que eram representantes de toda a nação e aqueles que reclamavam o direito de defender os interesses da parte a qual estavam ligados, movimentou não só as Cortes de Lisboa, mas também as primeiras sessões do Legislativo do Império do Brasil.¹⁷ No entanto, cabe lembrar que para as Cortes de Lisboa Márcia Berbel conseguiu identificar várias ações articuladas de deputados com uma mesma origem para defender interesses ligados à região que os elegeram. Desse modo, uma das questões que estão sendo investigadas nesta pesquisa é se existe a possibilidade de identificar algo semelhante entre os representantes do Grão-Pará no Legislativo do Império do Brasil.¹⁸ Afinal, os Deputados e Senadores do Grão-Pará faziam a ponte entre os grupos políticos provinciais e o centro do poder no Império? Quais eram os resultados efetivos dessa atuação para a política local e para o equilíbrio do poder na província?

De modo geral, há um silêncio da bibliografia a este respeito, apesar de alguns estudos pontuais. Vicente Salles, por exemplo, conseguiu enxergar não só o estabelecimento de conexões entre políticos do centro do Império e da província através da atuação dos parlamentares, como buscou demonstrar uma divisão da primeira representação paraense na Câmara dos Deputados entre os partidos que travavam embates em território do Grão-Pará. Assim, de um lado, os paraenses elegeram o bispo Romualdo Seixas, posteriormente bispo da Bahia, que já havia sido presidente da Junta provisória provincial durante o Vintismo e tinha um perfil, reconhecidamente, conservador. Por outro lado, também foram representados pelo jurista João Cândido de Deus e Silva, um conhecido liberal e divulgador das idéias da ilustração, que Salles aventa ter sido um contato importante entre os liberais paraenses e seus aliados no Rio de Janeiro.¹⁹ A própria escolha desses nomes, no entanto, leva a uma outra questão para esta pesquisa: quais eram os critérios dos eleitores para a escolha dos Deputados e Senadores no Grão-Pará? Nomes de grande prestígio como o Cônego Batista Campos, que chegou a presidir interinamente a província, nunca chegaram a ser eleitos para estes postos, enquanto membros de sua facção, quase desconhecidos da historiografia, lograram êxito

20

Apesar de eleito, Patroni não teve a oportunidade de assumir seu cargo.

21

Vale lembrar a análise de José Murilo de Carvalho, para quem os contemporâneos tinham clara a concepção de que os postos políticos mais importantes eram os do governo central: Ministros, Senadores, Deputados e Conselho de Estado. Nesta ótica os cargos restritos ao poder provincial, mesmo o de Presidente da Província, pertenciam ao "segundo escalão" da política no Império. Veja de CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.p.46-48.

22

Veja, entre outros, ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. IN: _____(org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. Volume 2, São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 17-23; e de ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos Maranhenses. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Liberdade por um fio: História dos quilombos do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

23

É preciso lembrar que é apenas em 1826 que o Grão-Pará tem a sua primeira representação no Parlamento do Império do Brasil. Ainda ligada a Lisboa, a província não teve nenhum representante nos trabalhos da Assembléia Constituinte, abortada em 1823.

24

Veja nota 3.

25

Neste período, a província do Grão-Pará viveu uma guerra civil que atingiu os seus principais centros econômicos, excetuando-se apenas a comarca do Rio Negro. Veja de MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

nas urnas. Por outro lado, outros personagens centrais da política paraense, como D. Romualdo e Filipe Patroni²⁰, foram eleitos para o Parlamento, o que demonstra o interesse dos principais membros da elite política em galgar estes postos²¹. Esclarecer isto ajudará não só a mapear qual era a origem dos membros dessa elite política que representou a província no Parlamento, mas também a verificar se a atuação dos deputados do Grão-Pará na Câmara expressou realmente as disputas e as divisões que ocorriam na província e que dimensões e conseqüências isto teve.

Tudo isto posto, o principal objetivo desta pesquisa é analisar as ações da representação paraense no Parlamento do Império do Brasil, entre 1826 e 1840, como forma de compreender melhor as relações entre o governo central do Império do Brasil e a política no Grão-Pará, uma vez que, supõe-se, isto pode contribuir para se entender as razões da perda da ordem na província na década de 1830, culminando com a Cabanagem. Aliás, a historiografia tem ressaltado bastante a relação entre ações do governo central e o surgimento de outras insurreições contemporâneas, conhecidas como "revoltas regenciais". No caso da Balaiada, por exemplo, muitos autores têm apontado a importância da aplicação da "lei dos prefeitos", que mudou a distribuição de poderes na província, como um dos estopins da revolta.²² Não se trata, evidentemente, de estabelecer uma relação mecânica entre ações no Rio de Janeiro, seja por representantes paraenses ou não, e a perda da ordem na Grão-Pará na década de 1830, até porque, ao que tudo indica, este não foi o fator mais importante para perda da ordem na província. No entanto, trata-se, sim, de rever a posição majoritária da historiografia especializada que tem buscado explicar esse processo, inclusive a Cabanagem, como resultado, quase que exclusivo, do contexto interno da província.

Em outras palavras, a hipótese dessa pesquisa é que o período entre 1826 e 1840 é um ciclo distinto da vida política paraense, no qual um dos fatores de instabilidade é a acomodação dessa província ao Estado brasileiro. Daí a importância do estudo do parlamento, casa por excelência das negociações entre o centro e a periferia do Império, num período em que as elites políticas paraenses aprendiam, aceitavam ou repudiavam, as "novas regras do jogo"²³. Nesse sentido, na análise da atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento do Império do Brasil, as atenções desta pesquisa estão voltadas para três temas que eram centrais para a política local e para acomodação da província ao Império: 1) tudo que de forma direta ou indireta afetasse o controle da mão-de-obra dos tapuios²⁴, principal fonte de braços da província e a mais delicada questão em território paraense; 2) A autonomia dos negócios provinciais e as intervenções do governo central na política local; 3) As iniciativas de integração econômica com o restante do Império, bem como a manutenção de uma prática que remonta à colônia: o repasse de verbas de outras províncias para socorro dos cofres de Belém.

Grosso modo, essa hipótese e recorte cronológico foram vislumbrados nas conclusões da tese de doutorado deste pesquisador, quando foram analisados os conflitos que ocorreram no Grão-Pará entre 1821 e 1825²⁵, uma vez que já se apontava ali uma discordância em relação à tradição inaugurada pelo livro *Motins Políticos* de

26

Como demonstrado na tese, até 1825 os paraenses julgavam ser viáveis outros projetos políticos para dar fim à crise do Antigo Regime Português. Neste sentido, inclusive, o alinhamento dos paraenses ao governo do Rio de Janeiro foi, durante muito tempo, considerada a hipótese menos provável de desfecho. Veja de MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

27

Após a incontestável vitória militar, os últimos cabanos capitularam por conta da anistia oferecida por D. Pedro II.

28

Espera-se ressaltar as diferenças entre os representantes na Câmara dos deputados, não propondo de antemão uma homogeneização dos seus membros, tal como foi costumeiramente proposto após o lançamento da obra de CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. 4 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

29

Entre outros, veja-se de DOLHNIKOFF, Miriam. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites: 1820-42*. 2000. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000; e de BERBEL, Márcia. *A Nação como Artefato: os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Domingos Antonio Raiol, e ainda muito forte na historiografia paraense, que vê o intervalo entre a adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa até a Cabanagem como um único período. Ao contrário disso, na tese ficou afirmado que o ano de 1825 encerrava um ciclo da vida política do Grão-Pará, iniciado em 1821. Só a partir de então, efetivamente, os paraenses passaram a enxergar sua subordinação ao governo instalado no Rio de Janeiro como o único projeto viável do ponto de vista político e econômico, o que obrigou suas elites políticas a se adaptarem ao novo sistema.²⁶ Por outro lado, se 1826 é o marco inicial por ser a entrada plena dos paraenses no sistema representativo do Império do Brasil, 1840 fecha o recorte cronológico por marcar a vitória da intervenção do governo central sobre a província, com aval do Parlamento, para o desmantelamento da Cabanagem através da coerção.²⁷ A insurreição Cabana e o contragolpe militar desferido pela Corte demonstram o limite desse sistema representativo, pois não foi possível manter os conflitos na esfera institucional.

Esta pesquisa, que ainda está em sua fase inicial, terá como principal corpo documental os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado do Império do Brasil, no período de 1826 a 1840. Na análise dos debates parlamentares, deseja-se ressaltar as diferenças²⁸ e traçar as alianças e tensões dos representantes paraenses na sua atuação no Parlamento, alinhando-se a uma metodologia já empregada no estudo do legislativo do Império do Brasil e das Cortes Portuguesas.²⁹

Serão contemplados também, ainda que de forma secundária, alguns documentos do governo central do Império do Brasil relacionados ao Grão-Pará e guardados em instituições de pesquisa do Rio de Janeiro. Por fim, como forma de mapear qual o impacto que as decisões tomadas na Corte tinham na província, serão incorporados também documentos produzidos entre 1826 e 1840 que estão sob guarda do Arquivo Público do Pará. Cabe ressaltar que este último corpo documental, que não corresponde a todos os documentos do período disponíveis no Arquivo Público do Pará, já foi recolhido e transcrito por esse pesquisador durante as investigações do doutorado.

Recebido para publicação em
agosto de 2007
Aprovado em setembro de 2007